

# Da Escola de Formação à Prática Profissional: um estudo comparativo sobre a formação de praças e oficiais da PMERJ

*Haydée Caruso<sup>1</sup>*

*Luciane Patrício<sup>2</sup>*

*Nalayne Mendonça Pinto<sup>3</sup>*

## INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado da pesquisa intitulada Estudo exploratório sobre a produção e os processos de transmissão e aprendizagem dos conhecimentos práticos construídos pelos Policiais Militares do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), realizada no período de maio a novembro de 2005, no âmbito do Concurso de Dotações para Pesquisas Aplicadas em Formação e Valorização Profissional, organizado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (SENASP/MJ) em parceria com a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS)<sup>4</sup>.

A pesquisa teve como objetivo compreender a dinâmica de produção, transmissão e aprendizagem dos conhecimentos construídos e acumulados pelos policiais militares no espaço de suas escolas de formação e no cotidiano de seu trabalho<sup>5</sup>.

Para dar início ao trabalho foi realizado um levantamento bibliográfico sobre formação policial no Brasil, englobando: a) a produção acadêmica das universidades e institutos de pesquisa; b) a produção das escolas de ensino superior da PMERJ; c) levantamento das grades curriculares das escolas de soldados e oficiais, contendo a relação de disciplinas e seu conteúdo; d) documentos técnicos específicos da instituição. Foi feita análise deste material e tecidas breves considerações sobre o acervo bibliográfico recolhido, com o objetivo de tomar conhecimento de como, nos últimos anos, o debate acadêmico vinha discutindo o tema.

1 Doutora em Antropologia pela UFF; Coordenadora da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública da SENASP/MJ; Professora da Universidade Católica de Brasília.

2 Doutoranda em Antropologia pela UFF; Coordenadora Geral de Pesquisa e Análise da Informação da SENASP/MJ; Professora da Universidade Católica de Brasília.

3 Doutora em Sociologia pela UFRJ; Professora Adjunta do DLCS da UFRJ; Coordenadora do Núcleo de Análises em Políticas Públicas da UFRJ.

4 Para ter acesso ao Relatório Final da pesquisa consultar: [www.mj.gov.br/senasp](http://www.mj.gov.br/senasp).

5 A fim de identificar e analisar os instrumentos de formação e transmissão de conhecimentos práticos entre os Policiais Militares do Rio de Janeiro pesquisou-se os principais manuais, apostilas, diretrizes e regulamentos, planos de matérias, ementas, de modo a compreender como são construídos e utilizados tais expedientes, tendo como método utilizado para tal a pesquisa exploratória. Para compreender a dinâmica do processo de formação assim como a construção dos conhecimentos práticos entre os policiais militares e as visões de mundo acerca do conhecimento prático aprendido, acumulado e transmitido no espaço das escolas de formação e no espaço das ruas fez-se necessário a realização de trabalho de campo, utilizando a técnica da observação participante, 19 entrevistas individuais semi-estruturadas e 06 grupos focais.

Em seguida o trabalho destinou-se a descrever o Sistema de Ensino da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, com especial atenção às escolas de formação de praças e oficiais<sup>6</sup>. Foram analisadas as grades curriculares e o processo de ensino-aprendizagem no Curso de Formação de Soldados (CFSD) e no Curso de Formação de Oficiais (CFO), em perspectiva comparada.

Por fim, a pesquisa analisou os mecanismos de transmissão e atualização dos conhecimentos e a construção da prática policial, assim como o processo de avaliação do ensino e da aprendizagem entre praças e oficiais, tanto nas escolas de formação como na sua trajetória profissional. Estas questões serão objeto de reflexão deste *paper*. A partir dessa abordagem, serão realizadas algumas considerações importantes acerca dos dilemas e questões para o desenvolvimento da formação policial militar, como, por exemplo, a relação entre a grande demanda operacional “polícia na rua” e a necessidade de qualificação profissional.

Este artigo tem como proposta principal apresentar resultados mais significativos da pesquisa anteriormente divulgada através do relatório final entregue a Secretaria Nacional de Segurança Pública. Dessa forma, o texto a seguir traduz uma descrição do campo realizado e das observações coletadas com vista a contribuir para o debate acerca da formação policial no Brasil<sup>7</sup>.

## **PROCESSOS DE TRANSMISSÃO, ATUALIZAÇÃO E APRENDIZAGEM DOS CONHECIMENTOS NA PMERJ**

A análise do processo de aprendizagem e transmissão dos conhecimentos práticos entre os policiais militares, sejam praças ou oficiais, foi um dos eixos fundamentais estudados nessa pesquisa.

Há no Brasil, como foi possível constatar no levantamento bibliográfico, uma produção acadêmica relativamente recente sobre formação policial, entretanto, pouco acúmulo existe sobre os processos de construção dos conhecimentos práticos entre os policiais, sobretudo, buscando compreender os mecanismos de atualização e as estratégias de transmissão e assimilação de novos conhecimentos.

Neste sentido, o desafio colocado estava em mapear os mecanismos formais de atualização, disponibilizado pela PMERJ, bem como, através da análise dos discursos dos atores envolvidos, identificar quais eram os caminhos informais que estes buscavam para promover seu aprimoramento profissional.

Ao falar de processo de ensino e aprendizagem ainda cabe lembrar que no interior de instituições militares, como é o caso da PMERJ, tem-se definido,

<sup>6</sup> O acesso ao quadro de policiais da PMERJ se dá por duas entradas: ou faz-se um concurso para ingressar como soldado (praças) ou o candidato submetese ao exame de vestibular para ingressar como oficial. A unidade de ensino responsável pela formação dos soldados chama-se Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP) e a duração média do curso de formação de soldados é de nove meses. Já a unidade de ensino responsável pela formação dos oficiais chama-se Academia de Polícia Militar D. João VI (APM) e a duração do curso de formação de oficiais é de três anos.

<sup>7</sup> Para um debate teórico metodológico sobre o tema ver os trabalhos de CARUSO (2004), MUNIZ (1999); PONCIONI (2004); KANT de LIMA (2003); ARAUJO (2003) MIRANDA, KANT de LIMA e MISSE (2000); NUMMER (2001).

previamente, que todos os procedimentos devem estar normatizados, através de seus manuais, regimentos e regulamentos; entretanto, ao longo da pesquisa foi possível perceber que há muito tempo não há uma sistematização dos conhecimentos profissionais de polícia que seja acessível e disponível a todos.

Outro aspecto a ser considerado refere-se ao descompasso, em muitos casos, entre a estrutura formal e o discurso dos oficiais, praças e demais integrantes da área de ensino sobre como se aprimora o chamado “fazer policial”, isto é, a prática profissional. É recorrente na fala dos policiais de que “*na prática (policial) é outra coisa*”; discurso que reforça a dicotomia entre o saber formal, adquirido nas escolas e a prática policial; ou seja, entre um saber que é transmitido coletivamente no espaço da escola e a lógica individualizada que pressupõe que cada um deve correr atrás do “seu” saber de polícia.

Logo, ao pensar o processo de formação dos profissionais de polícia, especialmente a Polícia Militar, um olhar atento sobre as diferentes fases do processo formativo, considerando, sobretudo, o que não está formalmente e explicitamente estabelecido no currículo (comumente chamado de currículo oculto) mostra-se extremamente importante. Neste caso, é necessário buscar compreender em que medida há dissonância ou consonância entre o saber formal e o saber prático e quais são as implicações destas questões na atuação legal e legítima do exercício da autoridade policial.

Diante deste enfoque analítico, a pesquisa buscou dar conta dos seguintes aspectos: a) Como são estruturados os processos de formação continuada; b) Quais são os mecanismos de atualização dos conhecimentos disponíveis; c) Como os atores policiais (praças e oficiais) dizem construir o chamado “saber prático”.

## O DESAFIO DA FORMAÇÃO CONTINUADA

*“Quem trabalha em educação já tem de cor na mente um ditado que diz que a educação é um processo contínuo e permanente, coisa que vem desafiando a corporação adotar integralmente esse tipo de orientação, porque, não raro, a Polícia Militar forma e depois não submete este homem a treinamentos seqüenciais de curta duração”. (grifo nosso) (Coronel PM, 32 anos na PMERJ).*

Na estrutura policial militar de ensino, estão previstos cursos regulares que se constituem como pré-requisitos para ascensão na carreira policial, seja no ciclo de praças como no de oficiais<sup>8</sup>.

Durante o intervalo de tempo para a realização de um curso regular, pré-requisito para ascensão, é possível realizar cursos complementares à atualização dos

<sup>8</sup> No caso das praças, após a realização do Curso de Formação de Soldados, os cursos regulares para ascensão profissional são: Curso de Formação de Cabos, Curso de Formação de Sargentos e Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos. Já para os oficiais, após a realização do Curso de Formação de Oficiais, os cursos previstos para ascensão são: Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais e Curso Superior de Polícia.

conhecimentos. Tradicionalmente, a PM denomina tais atividades complementares como “instruções de manutenção”, expressão recorrente no mundo militar.

Ao ocorrer qualquer mudança no procedimento operacional, a PMERJ produz as novas diretrizes, numa estrutura conhecida como “Nota de instrução” que é publicado integralmente no Boletim Interno da Polícia Militar – (BOL PM) para que, pelo menos em tese, toda a PM tenha acesso.

Oficialmente é a partir desta publicação que cada unidade deve promover a divulgação dos novos procedimentos para os policiais; realizando, assim, as “instruções de manutenção”.

*“Isso aqui, boletim da PM, que é ostensivo, tem circulação restrita, soldado não vê isso.” (Coronel PM (2), integrante da Diretoria de Ensino e Instrução)*

Tendo em vista que os soldados correspondem a 49,8%<sup>9</sup> do efetivo da instituição, o acesso restrito ao principal documento formal se configura num problema importante para a atualização dos procedimentos operacionais, como será descrito a seguir.

*“A polícia ela tem diversos meios de mudar os procedimentos, não é? Mas é através do boletim da PM e o mais normal é se estabelecer, se confeccionar, notas de instrução, que a gente chama. Então, se, por exemplo, tem procedimento com relação a policiamento de praia ‘Vamos reprimir agora raquete de frescobol’. Aí como é que você vai agir em relação a raquete de frescobol? Aí vem publicado no boletim da PM ‘A raquete de frescobol pode ferir as pessoas’. (Coronel PM, integrante do CFAP).*

As atualizações, intituladas “notas de instrução”, carregam em si o esforço da adequação da dinâmica real aos procedimentos policiais; porém, existem alguns problemas relacionados a este esforço que necessitam ser explicitados, a fim de serem melhor compreendidos.

Ao se recorrer a um passado recente tem-se a constatação que na década de 80 a PMERJ promoveu um amplo investimento de produção e sistematização do conhecimento de polícia. Ao longo desta década, e no início da década de 90, foram produzidos diversos manuais que visavam não só sistematizar o conhecimento necessário ao exercício da atuação policial, como também padronizar os procedimentos profissionais, à luz do marco constitucional vigente. Tal esforço foi promovido pelo Cel PM Carlos Magno Nazareth Cerqueira, que se transformou em importante referência tanto para a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro como para as Polícias Militares dos demais estados do Brasil.

Cabe destacar, a fim de ilustrar a situação atualmente vivida, que o Manual Básico do Policial Militar, que deveria se configurar como o principal guia para a ação policial nas ruas, data de 1987. Desde então, as atualizações são feitas de maneira isolada, através do expediente da “nota de instrução”, com divulgação limitada, como mencionado acima, através da sua publicação em boletim interno da corporação.

<sup>9</sup> Fonte: PMERJ/2005.

Isto significa dizer que no ano da realização da pesquisa, há 18 anos não eram atualizadas de modo sistêmico a filosofia do emprego policial, a doutrina e os procedimentos operacionais através de um único documento ou que estivessem explicitados numa mesma matriz conceitual. O que tem ocorrido, ao longo do tempo, é a proliferação de “notas de instrução” que buscam responder demandas operativas emergenciais e que não guardam, muitas vezes, conexão umas com as outras ou que até mesmo se contrapõem umas às outras. Logo, o fato de constantemente estarem sendo publicados novos procedimentos promove, entre os policiais, a sensação constante de estarem desatualizados, de não terem lido o último informe e de estarem distantes da normatização dos procedimentos, o que, em última instância, vem colaborar para a sua fragilização e desvalorização por parte dos próprios policiais.

O que se constata, em termos de atualização dos novos conhecimentos, é que há uma enorme fragmentação do conhecimento profissional de polícia, tendo em vista, como já dito, que tal lógica só consegue responder a eventos emergenciais.

A implicação clara desta fragmentação dos procedimentos é que os policiais, no exercício diário de atendimento às demandas da população, operam sem um conjunto único de procedimentos padronizados e oficiais que sustente seu trabalho; o que permite que cada um, isoladamente, crie as suas “próprias técnicas” sem dialogar com uma base comum de mecanismos profissionais, já que estes não estão previamente disponíveis.

É importante lembrar que ao se tratar da atividade policial de ponta, os eventos atendidos podem guardar semelhanças entre si, mas nunca serão iguais uns aos outros. Isto significa dizer que a cada evento que demanda uma ação policial, os agentes terão a necessidade concreta de atuarem de uma maneira única porque a situação real também é única. Entretanto, é importante mencionar que os efeitos dessa baixa ou precária ‘procedimentalização’ ou, dito de outra forma, baixa institucionalização dos procedimentos, caminha na direção de uma prática onde comumente cada policial cria (isoladamente ou em subgrupos) seus “próprios procedimentos”, que não dialoguem com um conjunto de orientações básicas, institucionais e balizadoras para todos.

Esta situação provoca recorrentemente a sensação de cada policial está “falando uma língua diferente” e, por conseguinte, que cada unidade policial é, em si, uma polícia específica. Deste modo, a população em geral está diante de um contexto agudo de imprevisibilidade na ação policial, o que provoca dificuldade em aceitar suas ações policiais, mesmo que tecnicamente corretas.

Algumas citações, extraídas das entrevistas e dos grupos focais realizados, ajudam a compreender a problemática relacionada aos limites e as implicações da atualização dos conhecimentos práticos e procedimentos institucionais.

Formalmente, estão definidas as “instruções de manutenção”, assim como o pleno acesso dado ao policial militar para solicitar de seu superior hierárquico, apoio para atualizar-se em termos procedimentais, como ilustrado abaixo:

*“Os mecanismos de atualização nos batalhões são as instruções de manutenção. Todo Batalhão tem um coordenador de ensino e instrução. O policial que se sente desqualificado em qualquer matéria, em qualquer disciplina, em qualquer ação, ele deve procurar esse coordenador para que esse coordenador tenha condições de orientá-lo, de esclarecê-lo, de educá-lo ou, se for o caso, matriculá-lo num curso de reciclagem...”. (Coronel PM, integrante da Diretoria de Ensino e Instrução)*

Todavia, ao perguntar sobre os mecanismos de atualização para outro integrante da Diretoria de Ensino e Instrução, este aponta que o mecanismo usual se dá pela troca informal, pelas conversas de corredor, onde um policial passa para outro aquilo que “ouviu falar” em termos de mudanças, como se fosse uma brincadeira de “telefone sem fio”.

*“Então, como é que o policial fica sabendo dessas atualizações? Porque o outro fala. Alguém diz pra um, pra outro e um vai falando para o outro e aí a coisa se alastra. É uma fórmula empírica de se adquirir novas informações”.*

*“Não há um momento no batalhão para ele obter essa instrução? Dificilmente, hoje! O Batalhão vive, hoje, um redemoinho. Muitas das vezes, o soldado não sabe nem qual é o nome do comandante dele. Ele entra no batalhão, tira a falta, vai na reserva, pega o armamento e vai para a rua. Não sabe nem qual é o nome do Comandante, nem se trocou o Comandante”. (Coronel PM (2) – integrante da Diretoria de Ensino e Instrução)*

Ao anunciar que a aquisição de novos conhecimentos se traduz numa *fórmula empírica*, a PM abre um espaço concreto de construção dos conhecimentos a partir de parâmetros essencialmente particulares, que dialogam tangencialmente com os expedientes formais, traduzindo-se em frases do tipo: “na rua sou eu que decido” ou que o PM deve atuar no “calor dos acontecimentos”. Neste sentido, pode-se afirmar que esta falta de regularidade em transmitir as informações necessárias à atuação policial, implica cada vez mais numa dificuldade de controlar e avaliar o desempenho policial.

*“Isso (mecanismos formais de atualização) não existe... Existe na Academia, no CFAP, nos BPM’s, talvez no Batalhão de Choque, unidades que tenham o seu efetivo interno. Agora, as unidades eminentemente operacionais, de jeito nenhum. “Isso já existiu, vai num tempo longínquo, quando eu era Tenente...”. (Coronel PM (2) – integrante da Diretoria de Ensino e Instrução)*

Há também entre os policiais a ideia de associar a necessidade de atualização dos conhecimentos profissionais a um esforço e interesse pessoal. Como se a informação estivesse totalmente disponível, cabendo exclusivamente ao policial ter iniciativa de aprimorar-se.

*“Olha, isso vai da necessidade de cada um, da convicção de cada um. Então, eu vi gente que não se atualiza. Eu vejo gente que tem a 99/95, é tem a lei nova de 95... Pôxa, já tem dez anos já. Em 97, mudou o Código*

*de Trânsito Brasileiro, tem gente que não sabe nada, está se referindo ainda ao antigo código, porque foi o que aprendeu aqui". (Major PM, integrante da Academia de Polícia Militar – APM)*

*"Se eu não, por livre iniciativa, não voltasse para os bancos escolares às minhas custas, pagando uma faculdade, pagando um curso de mestrado, a corporação não se interessaria em me fazer estudar". (Coronel PM (2), integrante da Diretoria de Ensino de Instrução)*

A citação do Major, acima reproduzida, acaba surgindo como justificativa recorrente entre os policiais (oficiais e praças) de que a melhoria do desempenho policial está atrelada a um interesse pessoal, o que implica em excluir da corporação a sua responsabilidade de criar e difundir os mecanismos formais de atualização de conhecimentos. Por outro lado, a citação seguinte, explicita claramente que a "livre iniciativa de estudar" ocorre na medida em que a corporação sinaliza que a formação continuada não é uma de suas preocupações centrais, e por isso, aqueles que se sentem despreparados irão, de forma isolada, buscar o conhecimento.

Na pesquisa foi possível constatar, através de diversas fontes, que não há uma política integrada e clara de formação continuada para nenhum dos níveis hierárquicos, como constata o policial a seguir:

*"O que ela quer saber exatamente é se existe alguma maneira corporativa de atualização de conhecimento. Resposta: não existe. Não existe um incentivo dentro da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro que fale: "Olhe, oficiais, de tanto em tanto tempo, vocês irão para o curso de atualização profissional". Não existe". (Capitão PM, 14 anos de Polícia)*

## **O QUE PENSAM PRAÇAS E OFICIAIS SOBRE A CONSTRUÇÃO DO SABER PRÁTICO**

É comum ouvir dos policiais de ambos os ciclos que "ser policial se aprende na rua", como estratégia de contrapor aquilo que, formalmente, se aprende ao do que, de fato, se usa e pratica.

No caso específico dos sargentos de 15 a 20 anos de profissão que foram consultados, a ênfase do modelo militar e a baixa qualidade das aulas aparece novamente como fator de desajuste entre o que é ensinado e o que realmente é necessário para se prestar um bom serviço de polícia para a sociedade.

Neste cenário, quais são os caminhos utilizados pelos policiais para obter um conjunto de informações necessárias à sua atuação prática?

Se de fato é na prática que os policiais aprendem; a figura central para que isto ocorra é o chamado "policial mais antigo", aquele que se busca observar, numa lógica quase que mimética, reproduzindo o que o "mais antigo" está fazendo.

Uma análise crítica deste processo de *mimetização* leva a destacar o risco de policiais jovens atuarem a partir de procedimentos que policiais antigos julgam ser corretos, sem que ao menos dialoguem, em sua maioria, com o que é legal e formalmente estabelecido.

Isto não significa dizer que a PMERJ não atue legalmente, reafirma apenas que a falta de expedientes formais atualizados cria uma ambiência favorável para que cada um atue segundo determinados critérios, pessoais ou diferentes dos formalmente estabelecidos.

Outro importante caminho em busca do “saber prático” policial recai sobre o tipo de policiamento em que se vai atuar, logo, o trabalho de campo permitiu perceber que modalidades de policiamentos, tais como, o da Rádio Patrulha (RP) e o famoso Policiamento Ostensivo (PO) são considerados estratégicos.

A RP foi apontada como tipo de policiamento que coloca o policial em contato com a maior diversidade possível de ocorrências dentro da Polícia Militar. Para os policiais, este seria um tipo de serviço mais adequado aos considerados mais “maduros”, com a “personalidade profissional” mais consolidada em virtude da variedade de situações a serem enfrentadas.

O serviço de Policiamento Ostensivo, por outro lado, possibilita um contato mais direto com a população, afinando o chamado “tirocínio”<sup>10</sup> policial para os diversos “tipos suspeitos”, com o intuito de diagnosticar as redes locais e os ambientes, além de expor o policial a uma variedade enorme de demandas de uma maneira gradativa.

*“(...) Agora, o local pra deixar o policial, na gíria, malandro, descolado, é um bom PO (Policiamento Ostensivo), porque ele vai trabalhar no Policiamento Ostensivo, ele tá ali na rua ele passa a conhecer todas as pessoas; o que fazem as pessoas; como agem (...)”. (Sargento PM, 17 anos de Polícia).*

Nas narrativas dos policiais chama a atenção, principalmente dentre os oficiais, que no momento que estão numa atividade ostensiva, aquilo que é formalmente definido, com base na norma jurídica, é colocado em xeque, isto é, “fazer a coisa certa” nem sempre é aquilo que está definido nos manuais. Bom exemplo disto é traduzido no relato a seguir:

*“Então, quando eu cheguei ao Batalhão, cheguei realmente cru, sem saber nada, sem maldade nenhuma de nada. Então, por várias e várias e várias vezes, eu me deparei com situações, em que eu tive que pensar o que é que eu estava fazendo ali, se eu tinha uma ordem legal pra cumprir, e, de repente, eu tinha uma ordem – vamos dizer assim – da administração para não cumprir a ordem legal”. (Capitão PM, 13 anos de Polícia)*

*“Eu me deparei com uma certa resistência, diria até com um certo temor, um certo medo, por parte deles comigo, porque eu queria que as coisas fossem feitas da maneira direita, da maneira certa, mas eu percebia que, misteriosamente, as coisas, para elas serem feitas da maneira certa, elas não eram. Mesmo que viesse a ordem de onde tivesse que vir, vinha uma ordem misteriosa, que fazia com que as coisas não ocorressem da maneira certa, como tinha que ocorrer”. (Capitão PM, 12 anos de Polícia)*

<sup>10</sup> Jargão utilizado pelos policiais para ilustrar “habilidades” identificadas como fundamentais, tais como: vivacidade, sagacidade, faro, perspicácia entre outros.



Há um sentimento generalizado entre oficiais intermediários (tenentes e capitães) que ao saírem da Academia<sup>11</sup> estarão diante do desconhecido, diante de uma realidade que não foi minimamente apresentada a eles e que não condiz com os expedientes que lhes foram ensinados. Portanto, a prática profissional aparece como algo *subjetivo*. Como é destacado nesta citação:

*“A percepção que nós temos que ter, ela simplesmente ela é subjetiva, ela é afeta a cada um de nós. Chegou no batalhão: “Olha, meu irmão, agora é contigo mesmo. Você se vira”, tipo... Não é se vira, não vai ter orientação; é tipo: cabe a você perceber o que está acontecendo em volta de você; ninguém vai ficar te avisando, não. É mais ou menos... Ninguém falou isso, mas fica uma coisa um tanto quanto subjetiva. Até você descobrir o que está acontecendo, fica um certo tempo no ar. É isso!” (grifo nosso) (Capitão PM, 14 anos de Polícia Militar)*

Ao mesmo tempo, como os oficiais são socializados para comandar, gerenciar, “ser o corpo pensante da instituição”, o nível de exigência sobre o seu desempenho profissional é elevado. Entretanto, o que se pode observar é que, passados três anos após o término do seu curso de formação, tais atores afirmam ainda não possuir a maturidade nem a vivência que enfaticamente é atribuída ao número de anos acumulados de trabalho nas ruas.

Logo, uma importante estratégia de sobrevivência adotada é estar próximo das praças, na qualidade de aprendizes, reproduzindo, então, a mesma lógica de aprendizado entre soldados (novatos) e sargentos (mais antigos). Porém, por se tratarem de oficiais, eles apontam que tal relação implica num “teste de fogo” - a todo tempo as praças (subalternos) estão testando a capacidade de seus oficiais (superiores).

*“Só que essa palavra “oficial”, ela traz consigo uma carga muito grande, uma carga simbólica muito grande. O oficial é o quê? É o conhecedor do ofício. O oficial é isso: ele é o conhecedor do ofício. Só que quando a gente chega num lugar, a gente não conhece nada, ou conhece muito pouco, você conhece muito menos do que deveria conhecer. Daí, as experiências, você aprende muito com o praça que trabalha ali. Realmente, você aprende!” (Capitão PM, 13 anos de Polícia)*

*“A gente teve até uma criação dentro de praça; a gente respeita o pessoal que é mais antigo; todos aqui... que estão aqui, até por coincidência, tiveram essa formação. Então, aprendi com eles? Aprendi. Só que eles nos impunham o teste: ‘Vamos ver se é bom mesmo’. E a gente tinha que ir. Chegou ao ponto que nós ficamos viciados em adrenalina... A gente era viciado em adrenalina, porque o dia que a gente não ia pra rua e não trocava tiro, a gente ficava mal-humorado, frustrado”. (Capitão PM, 12 anos de Polícia)*

Por fim, destaca-se que o modo de transmissão e aprendizagem de novos conhecimentos práticos, tanto para praças como para oficiais, opera a partir de um jogo de acertos e erros praticados geralmente pelos mais experientes. Segundo os

<sup>11</sup> Após 03 anos de curso, os oficiais vão trabalhar nos Batalhões comandando praças com mais anos de polícia (normalmente 10 ou 15 anos) que o seu tempo de curso, gerando certa insegurança entre eles por um lado e a necessidade de ouvirem “os mais antigos” por outro.

policiais, estes testes “ao vivo e a cores” permitem-lhes criar parâmetros empíricos para atuar numa próxima situação com maior possibilidade de acerto.

*“O que a gente aprende é, às vezes, no erro das pessoas, uma coisa que já tenha acontecido, que você se encontra na mesma situação, e diz: ‘Fulano já fez assim, e deu errado, e fulano fez assim e não deu’”. (Sargento PM, 17 anos de Polícia)*

## **MECANISMOS DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE PRAÇAS E OFICIAIS NAS ESCOLAS DE FORMAÇÃO**

Ao propor descrever os mecanismos internos de avaliação, inevitavelmente, foi realizada uma apreciação geral de ambas as escolas de formação, tendo em vista que os processos que avaliam os alunos terminam por refletir a política instrucional das escolas. Por conseguinte, todos aqueles que participaram da pesquisa, sejam alunos ou policiais já formados, acabaram se sentindo à vontade para passar em revista a proposta educacional ora praticada.

Quais são, portanto, os instrumentos de avaliação utilizados na formação de soldados e oficiais?

Dentro da estrutura de ambas as escolas está o setor denominado “Divisão de Ensino” responsável por todo planejamento e execução do ensino e da instrução<sup>12</sup>. Toda esta estrutura está voltada para a vida acadêmica dos alunos, interface com os professores, instrutores e diálogo com a Diretoria de Ensino e Instrução.

Sem ser diferente das escolas tradicionais, tanto o Curso de Formação de Soldados quanto o de Formação de Oficiais utilizam, em sua grande maioria, o recurso da prova escrita para mensurar o grau de conhecimento do aluno sobre o assunto. Dado curioso é que até mesmo as chamadas disciplinas práticas, priorizam esta forma de avaliação.

Compete a Divisão de Ensino o controle das avaliações, através de provas teóricas e práticas, além de ser responsável pela correção e arquivamento de todas as informações referentes à vida do aluno em termos de notas.

Todavia, o processo de avaliação de um recruta e/ou cadete não se restringe ao seu bom desempenho acadêmico no conjunto de disciplinas que é obrigado a cumprir. Vale destacar que o processo de ensino e aprendizagem numa instituição que carrega a marca militarista implica, sobretudo, na internalização do *ethos militar*, isto é, na disciplinarização dos alunos às regras deste mundo, buscando efetivamente distanciar-lo das marcas que carregam do mundo civil<sup>13</sup>.

O setor responsável por promover a transformação de um jovem em policial militar é o Corpo de Alunos, setor que se diferencia da Divisão de Ensino

<sup>12</sup> Tal estrutura de Divisão de Ensino se repete no CFAP, exceto em relação a biblioteca, tendo em vista que o CFAP não possui.

<sup>13</sup> Para compreender melhor os processos de disciplinarização do eu em instituições militares consultar a obra de Michel Foucault. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes.1975.

no sentido de ter a responsabilidade exclusiva de acompanhar e avaliar a vida do aluno fora da sala de aula, isto é, avaliar disciplinarmente sua conduta enquanto futuro praça e/ou oficial, bem como sua postura diante dos colegas.

O comportamento fora da escola também faz parte da avaliação disciplinar, o que leva os alunos, durante o curso, a manterem-se em constante estado de vigília. Ações ou atitudes reprováveis na visão social podem resultar em punições ou na exclusão do aluno. “Por exemplo, foi uma coisa que um aluno fez fora, andar com o carro de placa raspada, e foi expulso” (Aluno CFAP).

É comum que os integrantes da PMERJ refiram-se ao Corpo de Alunos como lugar onde se “formata” os indivíduos para serem policiais militares. Isto é, lugar onde cotidianamente os valores e símbolos da corporação são cultivados.

Durante a formação policial, a disciplina Ordem Unida possui vasta carga horária e não por acaso, desempenha papel fundamental neste exercício diuturno de internalização da regras e do ethos militar. Neste sentido não causou estranhamento o fato de que oficiais e praças vinculados ao Corpo de Alunos também fossem responsáveis pela aplicação desta disciplina.

Todo o processo ritual militar conduzido pelo Corpo de Alunos baseia-se nos Regimentos Internos do CFAP e da APM D. João VI, mas, sobretudo, no Regulamento Disciplinar da Polícia Militar - RDPM. Já o recurso utilizado para registrar a vida disciplinar do aluno ao longo de seu processo de formação é conhecido como Ficha de Avaliação Disciplinar – FAD. Esta ficha configura-se em importante instrumento para definir sua colocação geral. A FAD é intitulada vertical por se tratar de uma avaliação que o oficial do Corpo de Alunos faz sobre cada aluno.

A Ficha de Avaliação Disciplinar busca mensurar atributos que para instituição aparecem como fundamentais aos futuros policiais, todavia, muitos destes itens configuram-se como extremamente difíceis de serem mensurados de modo quantitativo<sup>14</sup>. Eis alguns dos principais aspectos avaliados: praticidade e objetividade, criatividade/imaginação, motivação, maturidade, interesse, adaptação grupal, auto-confiança, lealdade, além de perseverança e tenacidade.

Percebe-se que o processo de ensino e aprendizagem dos valores da corporação está substancialmente pautado numa avaliação disciplinar que tem como principal sustentáculo a punição.

Agora, cabe compreender quais são, preferencialmente, as indisciplinas praticadas passíveis de punição. Neste caso, o foco punitivo está no não cumprimento estrito das regras do mundo militar. Tal citação pontua alguns dos desvios passíveis de punição:

<sup>14</sup> A FAD é empregada ao final do 1º e do 2º semestre. É aplicada por um avaliador designado pelo Corpo de Alunos e utiliza os seguintes parâmetros de classificação: Muito Bom (8,33 ou maior); Bom (entre 6,66 e 8,33); Regular entre 5,0 e 6,66 e Insuficiente (menor que 5,0).

*“Acho que algumas vezes é um pouco exagerado, né? Perder o final de semana porque não arrumou a cama; esqueceu de engraxar o coturno; acho que cobrança é meio exagerada e isso é constante; você perde sexta, sábado e domingo porque não penteou o cabelo”. (Aluno APM, 1º ano)*

Portanto, não seguir à risca as exigências da postura e doutrina militares, como marchar corretamente; carregar uma arma de maneira inadequada; não respeitar os símbolos militares; estar desleixado com sua aparência e não cumprir as referências aos seus superiores de modo adequado, pode levar a uma punição severa, tornando-se rotineira na vida do aluno e ganhando, em muitos casos, mais espaço no processo de formação do que as exigências relacionadas a aquisição de conhecimentos necessários ao exercício da atividade policial<sup>15</sup>.

A análise, em separado, do discurso dos alunos do CFAP e dos alunos da APM mostra ser possível constatar que os primeiros apresentam certo descontentamento sobre sua escola de formação, já que parte do tempo que estariam programados a assistir aulas, estão envolvidos em atividades que não correspondem ao processo de formação propriamente dito.

Dito de outra forma, é fato recorrente que os alunos do CFAP estejam, constantemente, sendo empregados em atividades relacionados à manutenção da unidade, realizando faxina, pintura e demais atividades braçais ou em outras situações onde, antes mesmo de estarem formados, já começam a atuar no policiamento ostensivo em praias, shows e demais eventos públicos. Vale ressaltar que é comum o comprometimento da carga horária de determinadas disciplinas previstas nos respectivos planos de disciplinas em detrimento da necessidade – decisão imputada ao comando da instituição ou de seu estado maior geral - de emprego dos ‘policiais-alunos’ em atividades de policiamento ordinário.

Ao observar as estruturas físicas do CFAP, no momento de realização da pesquisa, não havia neste espaço uma ambiência favorável para o estudo, já que não dispunha de biblioteca, sala de informática, nem qualquer outra estrutura que estimule o processo de ensino e aprendizagem da profissão policial.

Por outro lado, a APM é avaliada como tendo excelente infra-estrutura para que os alunos se desenvolvam, até mesmo em comparação com outras escolas de oficiais do país. Entretanto, a maior crítica feita é a falta de uma cultura acadêmica de produção de conhecimento, aspecto que se traduz no fato dos alunos oficiais não produzirem monografias ao final de sua formação, bem como não utilizarem instrumentos metodológicos científicos para a produção do conhecimento adquirido. O viés jurídico na formação é bastante valorizado, como destacado ao longo do trabalho, inviabilizando, por muitas vezes, uma abordagem multidisciplinar da problemática policial ou de segurança pública.

<sup>15</sup> Outro instrumento de avaliação levantado pela pesquisa intitula-se Ficha de Informações de Graduados que é utilizado para avaliar Sargentos (graduados) quando estão atuando nos Batalhões Operacionais. Neste instrumento está previsto avaliar o policial em 17 atributos entre qualidades classificadas como pessoais e funcionais. Eis alguns exemplos: A - Caráter (lealdade e amor a verdade, energia e perseverança, entre outros); C- Espírito e conduta policiais militares (espírito de camaradagem e relações humanos, entre outros) e G – Capacidade Física (resistência à fadiga, disposição para o trabalho).

Outra avaliação realizada por ambos os segmentos aponta, ao longo da formação, um profundo afastamento entre os alunos oficiais e os alunos praças. Não está estruturada formalmente nenhuma perspectiva de aproximação destes dois mundos, somente a referência distante de que, um dia, no espaço do Batalhão, uns estarão comandando e outros obedecendo. Neste sentido, ambos os ciclos configuram-se essencialmente em mundos de formação paralelos e, como tal, nunca se comunicam; todavia, no momento em que estão prestes a atuar numa unidade operacional, se encontram diante do fato de terem necessariamente que trabalharem juntos, sem ao menos compreenderem claramente a “natureza da missão” de cada um.

### **CONSIDERAÇÕES SOBRE OS IMPACTOS DO PROCESSO DE FORMAÇÃO NA PMERJ**

A partir das descrições e análises realizadas acerca do processo de formação dos policiais, assim como sobre os processos de atualização e transmissão dos conhecimentos adquiridos ao longo da sua trajetória profissional, foi possível identificar dois pontos importantes.

Serão descritas a seguir as implicações do processo de formação e sua relação com a constante demanda do aumento de policiais trabalhando nas ruas. O que faz mais diferença neste sentido: a qualidade ou a quantidade?

Outro aspecto importante descrito abaixo recai sobre a avaliação dos policiais militares em sua rotina operacional de trabalho. Uma vez formados, os profissionais são submetidos a um processo de avaliação cujos critérios são bem distintos dos adotados nas escolas de formação, gerando mais uma vez contradições entre a formação e a aplicação desta no seu dia a dia.

Dentre os inúmeros discursos apresentados ao longo dos 06 meses de realização da pesquisa, foi possível registrar alguns pontos que se configuram como centrais para a PMERJ, ao se tratar de temas relacionados à formação básica e à qualificação continuada de seus quadros.

O grau de importância dada à formação pela PMERJ e por seus integrantes não pode ser compreendido isoladamente, tendo em vista a relação entre a qualificação profissional e a demanda operacional por policiamento no Estado do Rio de Janeiro.

Tendo estas questões como norteadoras, optou-se por apresentar os dilemas para melhor compreender a dinâmica da instituição, sem a pretensão de apresentar conclusões.

Ficou evidenciado que o tema da formação não é uma prioridade institucional, sobretudo se comparado a constante e inequívoca demanda de ‘mais polícia’ nas ruas. No caso específico das praças, maioria esmagadora do

efetivo, a PMERJ opera no curtíssimo prazo, buscando responder a demandas emergenciais de ampliação de seus quadros, ainda que com comprometimento do período de formação, traduzindo-se, como muitos de seus integrantes relatam, numa “fábrica de produzir soldados”.

Consequentemente, a influência política nas diretrizes da instituição sobre o aumento dos seus quadros provoca uma oscilação no número de meses destinados à formação de seus policiais, bem como na escolha das disciplinas que serão ofertadas. Tal fato é percebido pelos integrantes como um enorme descaso da instituição, o que provoca fragilização e falta de credibilidade nas instituições de ensino policial, abrindo espaço para valorização da experiência adquirida na rua, na empiria, na lógica do jogo de acertos e erros, segundo os próprios critérios dos policiais, em detrimento do que é ensinado nos centros de formação e nas academias de polícia.

*“Também varia. Hoje, nós estamos com um curso um pouquinho mais longo de 08 meses. Já foi de 1 ano, já foi de 06. Isso vai variando de cada tempo e a necessidade da corporação em ter efetivo. Esse é o nosso maior dilema: efetivo! Muitas das vezes, o número pretere a qualidade. Precisamos colocar mais 4.000 homens na rua, mais número. E a qualidade fica a desejar. Ele vai aprendendo durante o exercício da profissão. Evidentemente, é um erro”. (grifo nosso) (Coronel PM, integrante da DEI)*

*“Pela própria demanda de serviços, e a própria voz do povo, isso não está muito forte não, porque o pessoal quer polícia na rua, não importa qual a qualificação que esse policial tenha. Ele quer ver um boneco na rua, quer se sentir seguro com algum fardado na rua. E a corporação, de modo geral, está sendo arrastada por essa voz do povo querendo o policial na rua”. (Coronel PM, integrante do CFAP)*

Este sentimento de descaso ou de não importância à formação sinalizada pela instituição tem desdobramentos em todos os profissionais da polícia, independente da graduação ou patente, revelando, como já dito anteriormente, que, como estratégia de sobrevivência institucional, os policiais por conta própria procuram se qualificar a fim de responder às demandas operacionais que se colocam diante deles.

*“Apesar de todos os vieses eu acredito que ele sabe que no fundo, no fundo, aquilo ali é importante pra ele; ele sabe que é importante, só que ele despreza por fatores adversos; pelo próprio fato da Instituição em si, às vezes, não demonstrar essa importância quando tira ele da sala de aula pra poder empregar no policiamento e não é nem por culpa não, é o sistema em si, o cobertor é curto, ele não tem como...” (Major, integrante da APM)*

Os sargentos que participaram dos grupos focais ressaltaram um importante aspecto a ser considerado. Na sua visão, a não valorização da qualificação profissional (internamente e institucionalmente) tem impacto direto na imagem que a polícia tem junto a sociedade, já que o produto “policial” que é colocado na rua não está preparado a altura de atender as demandas da população.

Logo, para este grupo de policiais (praças), a Polícia Militar não prima

por uma formação qualificada e, por isso, as praças são as mais atingidas por este descaso. Ainda segundo esta visão, isto seria um grande erro da corporação, visto que sua imagem está intimamente relacionada à qualidade do serviço prestado por estes soldados, cabos e sargentos, que representam mais da metade da corporação.

*“(...) Só que quem tá na rua são os soldados e cabos e os sargentos também, esse homem tem que ser preparado porque esse homem é vai vender o produto, que vende o produto policial militar. (...) Tem uma frase de Platão que ele fala assim: “Aos sábios cabe o governo, os sábios são feitos pra dirigir e aos menos inteligentes cabe apenas obedecer cegamente” Então, é isso que eles acham; que eles são sábios e que nós somos ignorantes, então basta obedecer. Então, quando vai pra rua tá aquele policial ali, ele não sabe o que faz, na verdade, a polícia não quer o serviço do policial, ela quer o policial de serviço”. (Grupo focal com Sargentos)*

## **DEPOIS DA FORMAÇÃO: CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO POLICIAL MILITAR NO DIA A DIA**

Ao dialogar com os policiais, praças e oficiais com mais de 10 anos de profissão, estes acabaram suscitando o debate sobre como a corporação os avalia, isto é, como é mensurado o chamado “desempenho policial”.

Logo, o que é ser efetivo em termos policiais?

Neste momento da análise, pode-se afirmar que há uma inversão de prioridades. Enquanto que no processo de formação inicial do policial é maior o grau de exigência em torno do cumprimento da ritualística militar; no exercício da profissão a exigência se volta para o ‘desempenho policial’, de modo que este se traduza em resultados “positivos” para a corporação, ou seja, quando se logra êxito em prender indivíduos e apreender drogas e armas.

Portanto, tanto oficiais quanto praças sinalizam estarem divididos basicamente entre dois paradigmas de avaliação: o grau de ajustamento do policial à doutrina militar, em sua postura e apresentação pessoal; e a chamada “produção policial”, ou seja, a quantidade de prisões e apreensões realizadas em um período determinado. Estes dois paradigmas os colocam, freqüentemente, diante da dicotomia de ser “bom” ou “mau” policial de acordo com os critérios de avaliação da instituição.

O debate realizado com os participantes da pesquisa sobre o “bom policial” conduziu a algumas observações interessantes. O discurso inicial era de que a corporação busca um policial ajustado à doutrina militar – bota engraxada, barba feita, farda impecável, dócil e que não questiona as ordens de seus superiores.

No entanto, foram apresentados discursos que se encarregaram da desconstrução desta ideia, anunciando que o importante para um batalhão eram os altos níveis de “produção policial”. Sendo assim, o “bom policial” para estas unidades apareceu como um policial sujo e maltrapilho que acabou de voltar de um dia inteiro de incursões que engordaram as estatísticas (de prisões

e apreensões) de seu Batalhão. Baseado nestes critérios, o policial que exerce funções administrativas dificilmente seria bem avaliado; a não ser que mantenha relações próximas com alguma instância de poder: o comandante da unidade, algum oficial intermediário ou superior, e, até mesmo, um praça que esteja estrategicamente posicionado na pesada estrutura burocrática da corporação.

Tal questão sinaliza para o fato de não existirem critérios claros de avaliação do desempenho policial, residindo aí um grande problema. A avaliação por “produção policial” geraria um paradoxo intrigante: o mesmo policial que é bem avaliado a partir destes critérios em sua unidade, é o que normalmente vende a má imagem da corporação em função das estratégias escusas que a “tirania dos números” justifica que sejam utilizadas. É muito comum que estas artimanhas produzam espaços de promiscuidade entre o legal e o ilegal, o policial e o traficante, as atividades de manutenção da ordem organicamente envolvidas numa estrutura tácita (mas quase explícita e institucionalizada) de corrupção e ilegalidade.

*“O que eu quero dizer com isso? Que esse policial que vende a boa imagem ele também pode vender a má imagem; ele também pode vender a má imagem, mas o que segura Comando, na minha visão, posso estar até errado, é a estatística”.*

*“(...) o policial excelente para o Comando é esse que o companheiro aqui falou, tá entendendo? Que eles dois falaram ali. Agora, quem sofre com isso, com esse bom policial para o Comando é a própria sociedade, tá? Porque, normalmente, nós sabemos as estratégias que ele usa... que eles usam, melhor dizendo, pra escusas, pra levantar estatística... porque lá no batalhão nós temos companheiros que chega ao ponto de comprar arma com a própria vagabundagem pra fazer apreensão pra levantar a estatística do Coronel, porque o Comandante de Companhia disse que se não tiver estatística naquele mês vai colocá-lo no PO (Policiamento Ostensivo) (...)” (grifo nosso) (Sargento PM, 20 anos na polícia)*

O que ficou evidenciado é que nem a corporação, nem os policiais ou a própria sociedade tem claros e explícitos os critérios para avaliar o serviço prestado pelo policial militar.

Vale aqui ressaltar um ponto importante: a inadequação destes critérios, tanto para dentro quanto para fora da corporação. Como visto anteriormente, a chamada “produção policial” produz distorções estruturais em função de estratégias escusas amplamente utilizadas por policiais para atender a demanda por estatísticas de prisões e apreensões.

Por não serem claras e institucionalizadas, as relações e avaliações pessoais acabam encarregando-se de atribuir conceitos positivos e negativos para os policiais, sendo que tal tipo de situação cria centros de poder em torno de certos indivíduos. A pontuação para promoção, por exemplo, pode acabar virando um instrumento de barganha interna e punição.



O foco nos números deixa de fora um espectro imenso de atividades policiais importantes, tais como: controlar desordens; incivilidades; preservar a ordem pública; prevenir que o crime ocorra; promover interação comunitária, entre outros; que, por isso, tem baixa visibilidade e peso avaliativo.

No momento de realização da pesquisa, ao consultar os indicadores de “produção policial” estabelecidos pela Secretaria de Estado de Segurança Pública/RJ, através do Instituto de Segurança Pública, constatou-se que o modo de mensurar o desempenho policial focaliza, exclusivamente, três aspectos: a) apreensão de armas; b) apreensão de drogas; e c) prisão de criminosos<sup>16</sup>.

Todavia, analisando os dados registrados nos Talões de Registro de Ocorrência (TRO) da PMERJ, observa-se que grande parte, dos atendimentos realizados (em torno de 70%) trata de ocorrências classificadas como assistenciais, contravenções, trânsito e diversas (outras ocorrências)<sup>17</sup>. Tais atividades policiais são ocorrências tipificadas como não criminais. No entanto, estas não estão contempladas nos indicadores formais de avaliação do desempenho policial, revelando um descompasso entre as demandas impostas cotidianamente pela sociedade e as valorizadas na avaliação policial.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este *paper* procurou trazer importantes elementos sobre o processo de formação (inicial e continuada) e avaliação dos policiais militares, à luz de um estudo exploratório realizado no âmbito da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro no ano de 2005. Sendo fruto de um relatório de pesquisa, procurou apenas pontuar os aspectos mais evidentes e relevantes identificados na pesquisa e de uma perspectiva comparada: a formação inicial, os dilemas e limitações da formação continuada, a construção do saber prático e os processos de avaliação adotados.

A partir desta reflexão, fica clara a importância da realização de estudos desta natureza, que se debrucem, sobretudo, nos processos institucionalmente estabelecidos de formação dos quadros policiais e, evidentemente, nas formas não institucionais frequentemente adotadas na transmissão e aplicação dos conhecimentos adquiridos no dia a dia. Por outro lado, sendo a Polícia Militar uma instituição de natureza civil, mas eivada por um paradigma militarista, também foi possível perceber como tal concepção influencia a avaliação destes profissionais, seja em seu processo formativo nas academias, seja no cotidiano do seu trabalho. Esperamos, tanto com este estudo como também com as demais etnografias e análises sobre os processos formativos das instituições de segurança pública, promover reflexões e sugerir uma agenda de proposições, com vias a dotar os gestores públicos, profissionais do ramo e os próprios profissionais de segurança pública de instrumental reflexivo e pragmático para aprimorar suas instituições e seus processos de formação e transmissão de conhecimentos.

<sup>16</sup> Instituto de Pesquisa em Segurança Pública do Rio de Janeiro. Disponível em [www.isp.rj.gov.br](http://www.isp.rj.gov.br) acesso em nov/2005.

<sup>17</sup> Fonte Assessoria de Planejamento, Orçamento e Modernização - APOM/PMERJ (2005).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAUJO FILHO, Wilson de. *Ordem Pública ou Ordem Unida? Uma análise do curso de formação de soldados da Polícia Militar em composição com a política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro: Possíveis Dissonâncias*. Niterói: ISP: EDUFF, 2003.
- CARUSO, Haydée Glória Cruz. *Das práticas e dos seus saberes: A construção do “fazer policial” entre as praças da PMERJ*. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política. ICHF. Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2004.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Política pública para segurança, justiça e cidadania. Plano Estadual*. Rio de Janeiro. 2000.
- KANT DE LIMA, Roberto. *A Polícia da Cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*. Rio de Janeiro: Forense. 1995.
- \_\_\_\_\_. *Direitos Civis, Estado de Direito e “Cultura Policial”: a formação policial em questão*. Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo, SP. P. 241 – 256, 2003. Editora Revista dos Tribunais. Ano 11. Janeiro a Março de 2003.
- MUNIZ, Jacqueline. *Ser policial É, sobretudo, uma Razão de Ser*. Cultura e cotidiano da polícia militar do Estado do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado em Ciência Política. Rio de Janeiro, IUPERJ. 1999.
- \_\_\_\_\_. *A Crise de Identidade das Polícias Militares Brasileiras: Dilemas e Paradoxos da Formação Educacional*. Research and Education in Defense and Security Studies. CENTRE FOR HEMISPHERIC STUDIES. Washington – DC. MAY 22-25, 2001.
- NUMMER, Fernanda Valli. *Em QAP: a experiência do curso de formação na construção de um saber ser soldado da Brigada Militar*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.
- MISSE, Michel. KANT DE LIMA, Roberto. MIRANDA, Ana Paula Mendes. *Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil: uma bibliografia*. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais. Rio de Janeiro, nº 50, 2º semestre de 2000.
- PONCIONI, Paula Ferreira. *Tornar-se policial: a construção da identidade profissional do policial do estado do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado em Sociologia. Universidade de São Paulo, USP, Brasil. Título: 2004.
- SENASP. *Matriz Curricular Nacional para a Formação em Segurança Pública*. Secretaria Nacional de Segurança Pública/SENASP. Ministério da Justiça.